



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Ata da II Reunião Ordinária 2022 do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Pontal do Paraná – CONSEMMA

Foi realizada a II Reunião Ordinária do CONSEMMA, no dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná e online através da plataforma Google Meet. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Jackson Cesar Bassfeld – Presidente do CONSEMMA (SMMAAP/PMPPR), Flávia Caroline Deable Zacarias (SMMAAP/PMPPR), Iva Maria Ronahak Lindner (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMPPR), Francisca Kaminski (PROVOPAR), Leticia Fernandes Andres (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/PMPPR), João Rempel (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PONTAL DO PARANÁ), Roberto Stelmacki Jr. (ACIAPAR), Jony Harri Bornmann (NAGUAR) e online: Jackson Jorge Cunha e Alyne Cunha (AMCORESPP), Fernando Augusto Silveira Armani (CEM/UFPR), Juliano Dobis (MAR BRASIL), Emilson Carlos Kopp (COPEL) e Guilherme Zavataro (SANEPAR), além dos conselheiros, presencialmente as ouvintes Juliana Miranda (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMPPR), Juliane Nonato (Instituto Pró-Restinga). O Sr. Jackson iniciou a reunião citando as pautas sugeridas: - Comunicado Ofício 202/2022 GAEMA; - Discussão sobre a utilização dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, - Semana de Meio Ambiente 2022, - Plano Municipal da Mata Atlântica (Proponente: Juliano Dobis (Mar Brasil)), - Plano de manejo da restinga (Proponente: Jony Harry Bornmann (NAGUAR)), - Plano de resíduos sólidos do município (Proponente: Fernando Armani (CEM/UFPR)), - Pista de motocross (Proponente: João Rempel (Associação de Moradores de Pontal do Paraná)), - Assuntos Gerais. O Sr. Jackson prossegue comentando que para otimizar o tempo, cada pauta poderá ser apresentada em até 10 minutos por conselheiro proponente. O Sr. Jackson avança a reunião e inicia a leitura do Ofício 202/2022 (Em anexo), cujo objeto é "Acompanhar a destinação de recursos do fundo do CONSEMMA mediante de informação da aprovação irregular dos custeios de despesas publicitárias pelo CONSEMMA Pontal do Paraná". O Sr. Jackson comenta que as solicitações do MP/GAEMA foram respondidas com os encaminhamentos da ATA, bem como a gravação da reunião. Ele ressalta que sempre se busca promover a transparência dos atos dentro do Conselho e que as ATAS ficam disponíveis no Portal da Transparência. Ele cita que, é uma situação recorrente e constrangedora os entendimentos legais para as aplicações dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, e que possamos construir um bom entendimento junto ao MP/GAEMA. De acordo com a Lei nº 91, de 2 de julho de 1998, ela descreve quais são as competências dos Conselheiros. Espera-se que o entendimento do MP/GAEMA seja em consonância. No caso específico da verba aprovada, em que hipótese estamos desvirtuando aquilo que são os objetivos da publicidade, estamos falando principalmente de educação ambiental e ações que envolvem diretamente o meio ambiente. Para apaziguar a questão, o Sr. Jackson prossegue para a segunda pauta que envolve diretamente a utilização de recursos do Fundo do CONSEMMA e na legislação que especifica o uso dos recursos do Fundo, é relatado um Plano de Aplicação e sugere que seja convocada uma extraordinária, pelo tempo, para discussão, de uma forma ampla e justa, e que as diretrizes e objetivos do plano

(P)

3



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

48 andem de acordo com as necessidades. O Sr. Guilherme comenta que tem
49 acompanhado em alguns locais que além do plano de aplicação do Fundo, é colocado
50 um mecanismo no qual a entidade a qual o Conselheiro participa não pode angariar
51 fundos e sugere que o Conselho acolha tal mecanismo, para que as
52 pessoas/Conselheiros não participem do CONSEMMA com foco em angariar recursos
53 do fundo e concorda com a fala anterior do Sr. Jackson sobre o Plano de Aplicação. O
54 Sr. Roberto relata que pessoa física/privada que envolve questões ambientais, em
55 diversos interesses, sempre há uma denúncia ao MP, na questão ambiental e que o
56 órgão no município atua de forma rápida. O rito diz que houve uma de denúncia e é
57 preciso averiguar e acredita sim que existem, como a própria Procuradoria Jurídica
58 expôs, justificativas e que o processo deve se findar a partir disso. Ainda, o Sr.
59 Roberto sugere que antes do Plano de Contingencia, pudesse se pensar na revisão
60 do regulamento interno, para que não se vincule interesses terceiros para as cadeiras
61 no Conselho, e seja confeccionado um planejamento estratégico daquilo que se quer
62 para o exercício de 2022, com objetivos e em cima deles realizar o Plano de
63 Aplicação para designação de recursos, e que caso haja situações fora do contexto,
64 as mesmas precisam ser analisadas de forma específica, ficando as ações mais
65 práticas e objetivas. O Sr. Jackson responde que a colocação é pertinente para que o
66 trabalho não seja realizado de forma pontual e sim acima de um planejamento
67 estratégico em relação as necessidades de que o Conselho pode diagnosticar frente
68 as questões socioambientais no território municipal. O Sr. Jackson prossegue para a
69 terceira pauta que trata sobre a Semana do Meio Ambiente, geralmente na primeira
70 semana do mês de junho, sendo o dia 05 do mês de junho o Dia Mundial do Meio
71 Ambiente, e realiza um chamamento público para as Entidades dos Conselheiros
72 estarem firmes nas ações a serem realizadas em conjunto durante a semana. O
73 núcleo de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação está presente na
74 reunião e tem pouco menos de 30 dias para a execução e mobilização das atividades,
75 e pede às instituições presentes o que cada uma delas podem contribuir e as
76 possíveis ações que possam ser agregadas a Semana de Meio Ambiente no
77 município, principalmente em ações junto as escolas. O Sr. Juliano questiona a
78 possibilidade de transporte para os alunos das escolas para locomoção até a sede da
79 MarBrasil para realização de atividades durante a semana. O Sr. Jackson comenta
80 que seja enviada em uma proposta com as necessidades de logística para que possa
81 fechar a agenda em relação as necessidades. Ainda, pede aos outros Conselheiros
82 que contribuam com o que for possível realizarem. O Sr. Jackson pede que as
83 propostas sejam formalizadas e enviadas em um prazo de 10 dias, com tempo hábil
84 de atender a necessidade de cada proposta. A Sra. Iva relata que a Secretaria de
85 Educação já possui alguns programas dentro das escolas e comenta que muita coisa
86 já está acontecendo. O Sr. Jackson pede a Educação para marcar uma reunião para
87 falar sobre o assunto. Ainda, o Sr. Jackson comenta que a Pontifícia Universidade
88 Católica do Paraná – PUC PR está realizando uma parceria muito positiva e fica o
89 convite de proposta para a representante do Pro Restinga que possui articulação com
90 o Professor Carlos da instituição. O Sr. Fernando Armani comenta que seria
91 interessante conhecer as propostas para que os Conselheiros não apresentem
92 propostas iguais. O Sr. Jackson pede que as propostas sejam postadas no grupo do
93 aplicativo WhatsApp em um prazo máximo de 10 dias. O Sr. Fernando Armani
94 comenta sobre a pauta anterior, que esse tipo de ação poderia ser custeado pelo

(L)

B.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

95 recurso do fundo que não inviabiliza a participação dos Conselheiros. A Sra. Leticia
96 comenta que está sendo confeccionado o termo de cooperação técnica com a PUC e
97 faz com que a instituição possa participar das ações dentro de todas as Secretarias
98 da Prefeitura Municipal, só é necessário realizar a articulação das ações. O Sr.
99 Jackson passa a palavra ao Sr. Juliano para a apresentação da pauta do Plano
100 Municipal da Mata Atlântica. O Sr. Juliano inicia relatando como foram as oficinas
101 para a elaboração do Plano da Mata Atlântica, os documentos e como se elabora um
102 plano. O Plano foi por um intermédio de um consórcio e que todos os municípios
103 litorâneos possuem seu próprio Plano Municipal de Mata Atlântica, e sugere que seja
104 planejado, até dentro das questões financeiras, o que pode ser priorizado e o que
105 pode ser realizado para o Plano da Mata Atlântica acontecer. Ainda, de acordo com a
106 possibilidade de recurso financeiro, o plano não é colocado em prática e que o plano
107 seja tirado da gaveta e que seja realizada as aplicações do Plano Municipal da Mata
108 Atlântica. O Sr. Jackson sugere que seja criado uma câmara técnica dentro do
109 Conselho para debater o assunto e que o Sr. Juliano seja o coordenador devido a sua
110 experiência com o assunto e pede ao Sr. Juliano que poste no grupo do aplicativo
111 WhatsApp aquilo que já foi construído em relação a questão para o nivelamento de
112 informações para a composição da câmara técnica. O Sr. Roberto comenta que a
113 Associação Comercial já se coloca a disposição a participar do grupo de trabalho
114 citada anteriormente. O Sr. Jackson passa a palavra para o Sr. Jony (NAGUAR) para
115 a discussão da pauta sugerida por ele que trata sobre o Plano de Manejo da
116 Restinga. O Sr. Jony inicia comentando a necessidade confeccionar o Plano de
117 Manejo da Restinga, onde já foram realizadas discussões e verbas aprovadas para
118 confecção do plano dentro do presente Conselho, para dizer o que pode e não ser
119 feito. O Sr. Jackson comenta que o município deve assinar antes de mais nada o
120 Projeto Orla e a Gestão de Praia Marítimas junto a Secretaria do Patrimônio da União
121 - SPU e que teve oportunidade de estarem reunião com o Superintendente da União no
122 Paraná (SPU/PR) Sr. Jean Dolinski e o Sr. Luciano Diz e foram discutidas as
123 questões e que o processo do município está no núcleo de geoprocessamento da
124 Região Sul, localizado no Município de Florianópolis/SC, e que ficou acordado com o
125 SPU que eles irão promover uma videoconferência com o núcleo de
126 geoprocessamento para avançar nessas questões fundamentais para a confecção do
127 plano de manejo de uma APP. No entanto, o governo Federal está deixando os
128 assuntos em pausa por conta da PEC 39/2011 que (Revoga o inciso VII do art. 20 da
129 Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,
130 para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre
131 a propriedade desses imóveis. Ainda, não é só o Plano de Manejo da Restinga, como
132 também do Parque do Manguezal. Avançando nestes dispositivos poderemos pleitear
133 o ICMS Ecológico. Considerando as terras indígenas dentro do município, elas foram
134 demarcadas pela FUNAI, porém nunca foram homologas, provavelmente por
135 problemas fundiários. Quando homologadas o município também pode pleitear o
136 ICMS Ecológicos destas áreas ricas em biodiversidade e questões étnicas. Outra
137 proposta, realizada junto ao pessoal do Núcleo de Educação Ambiental, da Secretaria
138 Municipal de Educação, junto ao IAT, foi a de expandir a Estação Ecológica do
139 Guaraguaçu e que é algo para se pensar, pois podem gerar conflitos de interesses
140 imensos dentro do município referente ao uso e ocupação do solo, visto que é uma
141 área de uso restrito. O Sr. Juliano comenta sobre o ICMS Ecológico do Parque



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

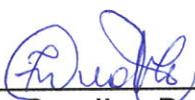
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

142 Municipal da Restinga, há um tempo atrás foram realizadas simulações junto com o
143 pessoal do IAT sobre este e o valor de tributos que o município receberia seria em
144 torno de quatro vezes maior que é agora. O Sr. Jackson passa a palavra para o Sr.
145 Fernando Armani para a discussão da pauta sugerida por ele que trata sobre o Plano
146 de Resíduos Sólidos. O Sr. Fernando Armani comenta que fez uma apresentação
147 rápida, mas com o andamento da reunião percebeu que talvez seria mais
148 interessante, ao invés da apresentação do que se deve ter em um plano de resíduos,
149 a criação de uma câmara técnica para o plano de resíduos da construção civil, onde o
150 Sr. Armani se dispõe a coordenar. O Sr. Fernando Armani inicia a apresentação
151 expondo a diferença entre um plano municipal de gestão integrada de resíduo e o
152 plano municipal de resíduos da construção civil, onde são documentos que devem ser
153 utilizados como ferramenta, onde deve ser apresentado um diagnóstico geral dos
154 resíduos e os itens que devem constar na construção de um plano de resíduos
155 sólidos. O Sr. Jackson comenta que fica a sugestão da criação de uma câmara
156 técnica para a discussão do plano integrado de resíduos sólidos e o plano de resíduos
157 da construção civil e sugere o Sr. Fenando Armani para coordenação da câmara
158 técnica. O Sr. Roberto comenta que a ACIAPAR se dispõe a também participar da
159 câmara técnica. O Sr. Jackson ainda sugere que a AMCORESP faça parte da câmara
160 técnica também, devido a experiência quanto aos resíduos recicláveis. O Sr. Jackson
161 passa a palavra para o Sr. João para a discussão da pauta sugerida por ele que trata
162 sobre a Pista de Motocross e comenta que a pauta já foi discutida anteriormente. O
163 Sr. João inicia comentando que não foi discutida e por isso queria comentar na
164 presente reunião, prossegue relatando que as máquinas começaram a trabalhar no
165 local e o Sr. João não sabia o que era e então veio a saber que é uma pista de
166 motocross. A pista de motocross é um barulho que vai ter através das motos em alta
167 velocidade, feita em meio a uma praça, cerca de 40 metros longe das casas da região
168 e para fazer uma pista dessa, a pista deve ser homologada e bem feita e o meio
169 ambiente deve verificar se existe a possibilidade da pista de motocross mesmo e
170 quem fica no final de semana não consegue descansar, além de incomodar a fauna
171 local. E que o interesse das pessoas que vierem até o local é só correr e não agregar
172 ao turismo do município. Ainda, o Sr. João comenta que é necessário observar o
173 impacto ambiental e realizar um estudo de impacto da vizinhança. O Sr. Jackson
174 agradece a fala do Sr. João e o que for pertinente a área ambiental vai ser verificada,
175 sem sombra de dúvidas. Ainda, não sabe até onde o CONSEMMA pode opinar,
176 porém os mecanismos de controle de competência das Secretarias Municipais devem
177 estar sendo observados. O Sr. Jackson agradeceu a presença/participação de todos e
178 deu por encerrada a reunião às 15 horas e 28 minutos, e eu Flávia, lavrei a presente
179 ata que será assinada pelo Presidente e pela Secretária Executiva do Conselho
180 Municipal de Meio Ambiente.

181
182
183
184
185
186
187



Jackson Cesar Bassfeld
Presidente do CONSEMMA



Flávia Caroline Deable Zacarias
Secretária Executiva do CONSEMMA